

Em busca de políticas institucionais para Educação a Distância Aberta e Recursos Educacionais Abertos (REA) no ensino superior: um mapeamento

In search of institutional policies for Open Distance Education and Open Educational Resources (OER) in higher education: a mapping

A la recherche de politiques institutionnelles pour l'Enseignement Ouvert à Distance et les Ressources Educatives Libres (REL) dans l'enseignement supérieur: une cartographie

Bruno Nicodemos Bispo da Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco (Ufrpe/Ppgteg), Recife/PE – Brasil

Rodrigo Nonamor Pereira Mariano de Souza

Universidade Federal Rural de Pernambuco (Ufrpe/Ppgteg), Recife/PE – Brasil

Ivanda Maria Martins Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco (Ufrpe/Ppgteg), Recife/PE – Brasil

Resumo

Este estudo apresenta um mapeamento sistemático da literatura sobre Educação a Distância Aberta e Recursos Educacionais Abertos (REA), no contexto da educação superior, com o objetivo de mensurar o que já foi produzido sobre a temática em âmbito nacional, entre os anos de 2016 e 2021. Visa também a obter subsídios norteadores que permitam: compreender cenários de pesquisas anteriores, observar o panorama desses estudos como parâmetros de pesquisa e revelar possíveis lacunas existentes sobre essa abordagem, sobretudo, no tocante às políticas públicas e/ou institucionais de REA. Após a montagem das estratégias e realização da busca nas bases de dados, foram recuperados 148 documentos dos quais 24 foram selecionados e apenas 1 apresenta o escopo sobre as questões políticas, indicando escassez desse tipo de abordagem nas produções científicas e acadêmicas brasileiras.

Palavras-chave: Educação a Distância, Educação Aberta, Recursos Educacionais Abertos, Políticas institucionais.

Abstract

This study presents a systematic mapping of the literature on Open Distance Education and Open Educational Resources (OER) in the context of Higher Education to measure what has already been produced on the subject nationally from 2016 to 2021. It also aims to obtain guiding subsidies that allow understand previous research scenarios, observe the panorama of these studies as research parameters and reveal possible gaps on this approach, especially regarding public and/or institutional OER policies. After setting up the strategies and conducting the search in the databases, 148 documents were retrieved, of which 24 were selected and only 1 presents the scope on political issues, indicating a lack of this type of approach in Brazilian scientific and academic productions.

Keywords: Distance education, Open education, Open Educational Resources, Institutional policies

Résumé

Cette étude présente une cartographie systématique de la littérature sur l'Enseignement Ouvert à Distance et les Ressources Educatives Libres (REL) dans le contexte de l'enseignement supérieur afin de mesurer ce qui a déjà été produit sur le sujet au niveau national entre les années 2016 et 2021. Elle vise également à obtenir des subventions d'orientation qui permettent d'appréhender des scénarios des recherches précédentes, d'observer le panorama de ces études en tant que paramètres de recherche et de révéler les éventuelles lacunes de cette approche, notamment au regard des politiques publiques et/ou institutionnelles en matière de REL. Après avoir assemblé les stratégies et effectué la recherche dans les bases de données, 148 documents ont été récupérés, dont 24 ont été sélectionnés et 1 seul présente le champ d'application sur les questions politiques, indiquant la rareté de ce type d'approche dans la production scientifique et universitaire brésilienne.

Mots-clés: Enseignement à distance, Enseignement ouvert, Ressources éducatives libres, Politiques institutionnelles

1. Introdução

Movimentos em favor da democratização da educação vicejam numa perspectiva de ampla disseminação do conhecimento, adotando ideias disruptivas no tocante ao paradigma didático convencional. A Educação Aberta (EA) pode ser entendida como um desses movimentos, pois traz em seu escopo um conjunto de ações em prol da liberdade de acesso e uso de recursos e práticas educacionais, oportunizando o dinamismo no processo de transmissão de conteúdo e absorção do conhecimento.

Tal conceito de abertura na educação se alicerça sob os preceitos da pedagogia progressista e atua como propulsora na “cocriação e compartilhamento de saberes”, sobretudo, em tempos de ampliação da oferta de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC (AMIEL; GONSALES; SEBRIAM, 2020). Nesse contexto, surgem os Recursos Educacionais Abertos (REA), materiais educacionais de domínio público ou concebidos sob uma licença flexível, que podem ser acessados, utilizados, remixados e compartilhados livremente (UNESCO, 2012).

Nos últimos 20 anos, esse movimento vem crescendo e conquistando adeptos em escala global, por trazer, em sua essência, a reflexão acerca do conhecimento como patrimônio da humanidade. A criação de uma extensa rede colaborativa em torno desse tema pode trazer benefícios importantes para otimizar o processo educacional, possibilitando iniciativas inovadoras pelos atores envolvidos. É nesse sentido, que diversos encontros internacionais são promovidos regularmente acerca da temática, envolvendo representantes de várias áreas de atuação como governos, entidades de fomento, renomadas instituições de ensino e

ativistas do mundo inteiro na busca, principalmente, de instrumentos normativos e norteadores para o desenvolvimento de ações e políticas (públicas e/ou institucionais) para uso de recursos e práticas educacionais abertas.

Desde 2002, a Unesco vem liderando o movimento em favor da EA e REA, promovendo encontros, patrocinando pesquisas, publicando materiais bibliográficos e fomentando diretrizes e recomendações para implementação de ações e políticas voltadas para o tema. Após a realização do 2º Congresso Mundial de REA, em 2017, na Eslovênia, os esforços para desenvolvimento de iniciativas e políticas de suporte em REA aumentaram vertiginosamente. Como desdobramento desse evento, a Unesco publicou, em 2019, uma Recomendação Oficial para REA, visando a atender ao 4º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Organizações das Nações Unidas (ONU), que vislumbra a garantia de educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todas e todos até 2030 (AMIEL; GONSALES; SEBRIAM, 2020).

Antes mesmo dessa recomendação, a Unesco já havia publicado algumas diretrizes para REA, inclusive, específicas para cada nível de ensino como, por exemplo, as diretrizes para REA no ensino superior, lançada em 2011, com versão em português a partir de 2015. O objetivo é orientar gestores de universidades a implementar políticas institucionais voltadas para EA e REA. No Brasil, já existem alguns instrumentos normativos e políticas públicas em favor da EA e REA, que se concentram mais na educação básica, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Políticas para EA e REA no Brasil (continua)

ANO	POLÍTICAS (PÚBLICAS/INSTITUCIONAIS/LEGISLAÇÕES)	INSTITUIÇÃO
2011	Decreto nº 52.681/11-AL/SP – define que todo material didático adquirido com recursos públicos deve ser REA. Foi a primeira legislação específica para REA.	Secretaria de Educação do Município de São Paulo
2014	Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005 de 25/06/14) – Apresenta duas estratégias sobre integração REA: na estratégia 5.3 da meta 5, versa sobre dar preferência aos REA na disponibilização de recursos e práticas educacionais para alfabetização de crianças. Já na estratégia 7.12 da meta 7, utilização de <i>software</i> livre e REA, preferencialmente, para promoção de práticas pedagógicas inovadoras para a educação básica.	Palácio do Planalto através do Gabinete da Casa Civil
2016	Resolução Nº 1 de 2016 do Conselho Nacional de Educação – Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância	Brasil/CNE/CES, 2016

		No Art. 2, 4º parágrafo, consta a orientação sobre produção e disponibilização de REA nas instituições de educação superior e outros órgãos da administração pública que financiem e fomentem Educação Superior a Distância.	
2017		Lançamento do <i>Guia Como Implementar uma Política de Educação Aberta – e de Recursos Educacionais Abertos (REA)</i> . Autores: Priscila Gonsales Débora Sebriam Pedro Markun	Instituto Educadigital e a Cátedra Unesco de Educação Aberta do Nied/Unicamp.
2017		Edital 2019 – PNLD inclui uma cláusula que determina o uso de licença (CC-BY-NC), para o material digital complementar que integra o livro do professor.	PNLD / MEC
2018		REA no Mercosul: Recomendações e Plano de Ação – objetivou a elaboração de recomendações a governos e ações para promoção de REA nos países membros.	Unesco Brasil, MEC, Setor Educacional do Mercosul Apoiado pela Capes, Cátedra Unesco da UnB e Iniciativa Educação Aberta
2018		MEC lançou edital com exigência de adoção de licença <i>Creative Commons</i> , CC-BY-NC, nos equipamentos e materiais de apoio pedagógico dos projetos de robótica educacional que serão adquiridos por meio de compras públicas.	MEC
2018		Portaria do MEC n. 451/18 - “Define critérios e procedimentos para a produção, recepção, avaliação e distribuição de recursos educacionais abertos ou gratuitos voltados para a educação básica em programas e plataformas oficiais do Ministério da Educação” (BRASIL, 2018, p.1)	MEC

Fonte: Adaptado de Mallmann e Mazzardo (2020, p. 54)

Além das normativas supracitadas, existe, no âmbito federal, um Projeto de Lei (PL 1513/2011), em tramitação no Congresso Nacional, que versa sobre a “política de contratação e licenciamento de obras intelectuais subvencionadas pelos entes do Poder Público” (BRASIL, 2011). O referido projeto foi aprovado em várias sessões e está na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando o parecer da relatora do processo. O PL 1513/11, além de propor alterações nas Leis nº 8.666/93 (sobre normais gerais de licitações e contratos) e Lei nº 9.610/98 (sobre direitos autorais), indica que o Estado irá promover meios para que todos os entes da

federação desenvolvam os repositórios de REA, o que contribuirá para o aumento da produção, disseminação e reuso de recursos didáticos.

Acredita-se que, quando promulgada, se tornará um marco legal sobre o tema em nível nacional e impulsionará ações em torno do fomento e implementação de políticas de EA e REA nas instituições de ensino em todos os níveis. “Implementar uma política de educação aberta deveria ser prática comum em toda instituição pública e nos governos (não somente secretarias e órgãos ligados à educação), que elaboram materiais educativos visando à orientação e/ou formação” (AMIEL; GONSALES; SEBRIAM, 2020, p. 33).

Nesse sentido, este estudo propõe a realização de um Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL) sobre políticas institucionais voltadas para Educação a Distância Aberta e Recursos Educacionais Abertos (REA), para mensurar o que já foi produzido na academia sobre a temática, no período de 2016 a 2021. Objetiva também obter subsídios norteadores que permitam: compreender cenários de pesquisas anteriores, observar o panorama desses estudos, visando à adoção de modelos ou parâmetros e revelar possíveis lacunas existentes sobre essa abordagem.

Este estudo se justifica pela urgente necessidade de as universidades brasileiras implementarem políticas institucionais voltadas para educação aberta e REA, em atendimento à agenda 2030 da ONU. Essas políticas se articulam aos padrões de qualidade da educação superior, propiciando a configuração de propostas de acesso aberto para docentes e discentes que participam da dinâmica dos cursos de graduação na modalidade a distância.

2. Caminhos metodológicos: etapas da revisão de mapeamento sistemático

Entendida na ciência como parte fundamental que antecede o aprofundamento da pesquisa, o ato de revisar a literatura permite ao pesquisador obter uma série de convicções para poder levar adiante a forma e o contexto com o qual o seu objeto de pesquisa será estudado, evitando, principalmente, equívocos no momento da elaboração de sua produção científica/acadêmica. Não existe consenso que permita a padronização de um modelo único de mapeamento e revisão de literatura de maneira que atenda a todas as áreas do conhecimento. Fica a cargo do pesquisador elencar qual o tipo será mais adequado, considerando a maneira como a pesquisa será conduzida.

Existem diversas tipologias concernentes à revisão de literatura que foram criadas para que a pesquisa possa se tornar mais fidedigna e legítima. Grant e Bootht (2009) realizaram um estudo, em que conseguiram categorizar e descrever 14 tipos de revisões sistemáticas, inspirados em protocolos desenvolvidos para a área de saúde, já que essa área do conhecimento conduz as decisões baseadas em evidência. Além da descrição de cada tipo de revisão, as autoras elencam os pontos positivos e negativos, apresentando exemplos de estudos anteriores.

Diante desse contexto, após a leitura de vários artigos conceituais e empíricos sobre revisão de literatura, decidiu-se pela utilização de uma metodologia alicerçada na convergência de vários conceitos e modelos propostos por alguns autores âncoras como alicerce para este estudo, a saber:

Quadro 2 – Bases conceituais e modelos metodológicos adotados.

AUTORES ÂNCORAS	CONCEITO / METODOLOGIA ADOTADA
Grant e Bootht (2009)	Escolha do tipo de revisão: revisão de mapeamento (mapa sistemático)
Galvão e Ricarte (2020)	Adoção do conceito de revisão mista e uso dos princípios para elaboração das questões de pesquisa.
Ramos, Faria, P. e Faria, Á. (2014)	Adaptação do protocolo de pesquisa com ênfase nos critérios de exclusão e inclusão.
Dentz e Truccolo (2010)	Adoção do modelo de tabulação dos resultados (adaptado).

Fonte: Elaboração dos autores (2021)

Decidiu-se pela realização de uma revisão de mapeamento (mapa sistemático), já que essa se prontifica a “categorizar a literatura sobre um determinado assunto e identificar lacunas na literatura de pesquisa na qual se pode encomendar mais revisões posteriores e/ou realizar nova pesquisa primária” (GRANT; BOOTHT, 2009, p. 97 [tradução nossa]).

Ainda segundo Grant e Bootht, (2009), esse tipo de revisão possui pontos positivos e negativos que poderão ajudar o pesquisador na tomada de decisão por fazer ou não uso desse tipo de revisão:

Quadro 3 – Avaliação da Revisão do Mapeamento Sistemático (continua)

POSITIVOS	NEGATIVOS
Oferece transparência ao pesquisador	Apresentam limitações de tempo e ausência de robustez na síntese e análise das abordagens mais importantes.
Podem caracterizar os estudos de acordo com as perspectivas teóricas	Os estudos podem ser caracterizados em um nível descritivo amplo e, assim, simplificar demais o quadro ou mascarar uma variação considerável entre os estudos e seus achados - dependendo do grau de especificidade do processo de codificação.
Pode mostrar se a população total estudada é suficiente para uma síntese coerente	Geralmente, não incluem um processo de avaliação da qualidade.
Pode fornecer uma base para a tomada de decisão na realização de revisão no todo ou em parte do estudo	Caracteriza estudos apenas com base no desenho.
Estabelece relação fidedigna com o pesquisador ao mostrar se as questões de pesquisas foram respondidas e apontam caminhos para completar a revisão, caso necessite.	

Fonte: Baseado e traduzido de Grant e Booth (2009)

Para dar mais robustez e minimizar os pontos fracos em relação à revisão de mapeamento, buscou-se adotar conjuntamente alguns conceitos de outro tipo de revisão sistemática adotado por este estudo, a Revisão Mista; ela “identifica, seleciona, avalia e sintetiza simultaneamente estudos quantitativos e qualitativos” (GALVÃO ; RICARTE, 2020, p. 60). Assim, os dados quantitativos podem ser mais bem compreendidos com o auxílio da abordagem qualitativa, e os dados qualitativos podem receber suporte dos dados quantitativos, caso haja generalização dos resultados por uma grande população pesquisada (GALVÃO ; RICARTE, 2020).

2.1 - Produzindo o Mapeamento Sistemático: etapas.

O mapeamento seguiu algumas etapas para o cumprimento do seu objetivo. Foi utilizado o modelo de protocolo de pesquisa proposto por Ramos, Farias, P. e Farias, Á. (2014), considerando algumas adaptações em face da característica do tipo de pesquisa realizada. É possível notar que a etapa de “Critérios de validade metodológica” não foi contemplada, já que o mapeamento foi realizado sem a constituição de uma equipe, o que inviabilizou a revisão por pares.

Quadro 4 - Comparativo: protocolo modelo x protocolo elaborado (continua)

PROTOCOLO RAMOS, FARIAS E FARIAS, Á (2014, p. 25)	PROTOCOLO ADAPTADO PARA O MAPEAMENTO PROPOSTO
Objetivos	Questões de pesquisa
Equações de pesquisa	Seleção dos descritores
Âmbito da pesquisa	Seleção dos Bancos Científicos
Critérios de inclusão	Critérios de refinamento da pesquisa
Critérios de exclusão	Critérios de inclusão
Critérios de validade metodológica	Critérios de exclusão
Resultados	Resultados
Tratamento dos dados	Análise dos dados

Fonte: Adaptado de Ramos, Farias, P. e Farias, Á. (2014)

2.2 - Questões de pesquisa

Como etapa inicial para a realização do levantamento, a questão de pesquisa consistiu na indagação do conteúdo científico/acadêmico já produzido sobre a temática em tela. De acordo com Galvão e Ricarte (2020), as questões de pesquisa devem especificar a população ou problema, a intervenção, a comparação e o desfecho do que se pretende pesquisar. A delimitação das questões de pesquisa é muito importante, pois se configura como instrumento norteador para as demais etapas da revisão sistemática. Nesse sentido, pretendeu-se utilizar as seguintes Questões de Pesquisa (QP):

- QP1 – Que tipos de trabalhos foram publicados no Brasil sobre Educação a Distância Aberta e Recursos Educacionais Abertos (REA) com foco no ensino superior durante o período de 2016 a 2021?
- QP2 - Como estão categorizados esses trabalhos?
- QP3 - Quais os objetos de estudo e as abordagens metodológicas apresentadas por esses trabalhos?
- QP4 – Quantos documentos abordam estudos sobre a criação e implementação de políticas institucionais de Educação Aberta e REA em Instituições Públicas Federais de Ensino Superior?
- QP5 - De que forma esses documentos abordam a questão das políticas de Educação Aberta e REA nas instituições de ensino superior?

2.3 Seleção dos descritores e elaboração da equação de busca:

A seleção dos descritores se deu através do desmembramento do título-tema do projeto de pesquisa, quando foram elencadas três palavras-chave, contendo suas

respectivas traduções para o inglês, idioma da linguagem científica universal. São elas:

- Recursos Educacionais Abertos – *Open Educational Resources*.
- Educação a distância aberta - *Open Distance Education*.
- Ensino superior – *Higher Education*.

Após a definição dos termos de pesquisa, foram montadas as equações de busca, utilizando operadores booleanos, uso de aspas, para definir a exatidão dos termos e a utilização de filtro de idioma nas pesquisas executadas em inglês. As equações de busca foram, estrategicamente, elaboradas pensando nas particularidades dos motores de busca das bases de dados selecionadas.

A pesquisa nas bases foi executada de três formas, utilizando três equações de buscas diferentes em cada base de dados escolhida. Os descritores foram interpolados entre eles para tentar trazer resultados mais satisfatórios, como segue no Quadro 5:

Quadro 5 – *Strings* de busca

PESQUISA	EQUAÇÃO DE BUSCA
Pesquisa 1	("Recursos educacionais abertos" AND "Ensino superior") – (" <i>open educational resources</i> " AND <i>higher education</i> ");
Pesquisa 2	("educação aberta a distância" OR "Educação a distância Aberta") AND ("ensino superior") – (" <i>Open Distance education</i> " OR " <i>open distance learning</i> ") AND (" <i>higher education</i> ");
Pesquisa 3	("Educação Aberta" AND "Educação a distância") AND ("ensino superior" OR "educação superior"). (" <i>Open Education</i> " AND <i>Distance Education</i> ") AND (" <i>Higher Education</i> ")

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

2.4 - Seleção dos bancos científicos

Para o recorte desse mapeamento, foram definidas as bases de dados para a pesquisa, levando-se em consideração a importância delas para o cenário acadêmico-científico brasileiro, já que a pesquisa maior da dissertação tem aplicação direta para o ensino superior no país. Diante disso, foram escolhidas as seguintes bases de dados:

- **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações** – Base de dados do Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (Ibict), por contemplar os trabalhos acadêmicos de teses e dissertações dos programas de pós-graduação *stricto sensu* das instituições de pesquisa e ensino brasileiras.

- **Portal de Periódicos da Capes** – Trata-se de uma biblioteca virtual gerenciada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao MEC, que disponibiliza um imenso acervo bibliográfico digital e acesso a diversos periódicos de cunho acadêmico, científico e cultural.
- **Plataforma Oasis.br** – Também gerenciada pelo Ibict, é um repositório digital que reúne a produção científica de institutos e universidades brasileiras e portuguesas, utilizando um motor de busca multidisciplinar e em diversos tipos de documentos. Ela não se restringe apenas a teses e dissertações como a BDTD, podendo trazer livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação *lato sensu*, além de produções de instituições portuguesas.

2.5 - Busca sistematizada e critérios de refinamento da pesquisa

Antes da ratificação das equações de busca, foram realizados testes para obtenção de uma visão geral dos resultados recuperados pelas bases de dados escolhidas. Como já era esperado, as pesquisas realizadas com os termos em língua inglesa trazem um número muito maior de documentos, se comparado à expressão equivalente em língua portuguesa. Como o cerne da pesquisa era obter dados de como anda a produção da literatura no âmbito nacional, deu-se ênfase às pesquisas com descritores em português. No entanto, para não deixar de fora trabalhos potencialmente importantes para esse mapeamento, foram utilizados os mesmos descritores traduzidos para o inglês. Os resultados foram submetidos a uma filtragem pelo idioma em língua portuguesa, o que fez reduzir bastante o quantitativo inicialmente recuperado.

Durante a aplicação dos testes, a recuperação dos documentos variou muito, chegando a trazer mais de 50 mil deles utilizando os termos em inglês sem nenhum refinamento nas buscas. Vale salientar que, durante a realização dos testes, nenhum tipo de estratégia de pesquisa foi utilizado, apenas a inserção dos termos em português e inglês, uma vez que ainda se esperava uma maior fidedignidade dos termos escolhidos. Para a obtenção da qualidade dos descritores e sucessivo êxito na tradução, foram analisados, nos tesouros da Biblioteca Nacional e da *Library of Congress of United States*, os termos equivalentes em língua inglesa.

O destaque durante a realização dos testes foi a recuperação de uma revisão de literatura datada do ano de 2017, que se assemelha ao mapeamento sistemático proposto neste trabalho. Trata-se da revisão intitulada *The academic production on*

open educational resources in Portuguese, publicada em periódico estrangeiro por dois professores-pesquisadores brasileiros ícones e precursores do movimento REA no Brasil.

A supramencionada revisão apurou as produções acadêmicas sobre REA no período de 2010 a 2015 escritas em português, considerando não só as publicações brasileiras, como também publicações de países lusófonos como Portugal e Moçambique (ZANCANARO; AMIEL, 2017). Apesar da importância dessa revisão de literatura para o cenário global, ela não foi computada nem selecionada para o mapeamento em tela, já que não atendia aos requisitos propostos nos critérios de inclusão e exclusão anteriormente definidos.

Com os descritores definidos e a equação de busca montada, deu-se início às pesquisas nas bases de dados. As buscas sistematizadas foram realizadas no dia 12 de junho de 2021, utilizando como refinamento inicial os últimos cinco anos, que compreenderam as publicações de 2016 a 2021 (primeiro semestre), trazendo um quantitativo total de 148 ocorrências. Não foi possível acessar o documento na íntegra em cinco delas, e uma não estava no formato adequado para exportação no gerenciador de referências, restando 142 documentos pré-selecionados.

Os documentos foram exportados para o gerenciador de referências Mendeley para dar início à aplicação dos critérios de seleção. A 1ª triagem aplicada foi concernente aos documentos duplicados. Dos 142 documentos importados para o Mendeley, 29 possuíam duplicatas, o que fez reduzir a quantidade de documentos pré-selecionados para 113.

Para a realização da 2ª triagem, foi utilizada a aplicação de critérios de inclusão/exclusão. Nessa etapa, os documentos foram abertos ainda no gerenciador Mendeley para lida dos resumos e consequente adoção dos critérios abaixo:

- **Critérios de inclusão:** teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação *lato sensu*, artigos científicos publicados em periódico nacional e/ou artigos em português publicados em periódico estrangeiro, contendo estudos ou pesquisas em instituições brasileiras que abordam o fenômeno REA e educação aberta na educação superior brasileira.
- **Critérios de exclusão:** Documentos e/ou estudos estrangeiros, documentos totalmente em inglês, artigos de conferência, resumos expandidos, livros ou capítulo de livros e documentos que abordam Educação Aberta e REA em outros níveis de educação.

Após realização da 2ª triagem, dos 113 documentos remanescentes da 1ª triagem, 89 foram rejeitados pelos critérios de seleção através da leitura dos resumos e palavras-chave, restando apenas 24 com relevância para uma investigação mais profunda através de leitura diagonal e transversal para construção da análise dos resultados. Na Tabela 1, encontramos uma síntese de como se comportou a busca sistemática nas bases de dados selecionadas e o quantitativo de documentos recuperados.

Tabela 1 – Resumo dos resultados da busca sistemática

BASE DE DADOS	QUANTITATIVO
BDTD	22
Periódicos Capes	37
Oasis.br	89
TOTAL	148
Sem acesso ao conteúdo na íntegra	6
Duplicados	29
Pré-selecionados (leitura dos resumos)	113
Classificados pós-critérios	24

Fonte: Elaboração com base em Borges *et al.* (2013).

2.2.5 - Panorama dos dados obtidos e recorte da especificidade

Antes da realização de leitura diagonal e transversal dos 24 documentos selecionados para compor a análise quantiquantitativa, houve a necessidade de buscar um amparo conceitual na categorização dos documentos que abordam Educação aberta e REA. Foi, então, que se optou pelo embasamento teórico de Weller (2016), que subdivide os tipos de pesquisa em REA em 10 categorias, a saber:

1. Estudo de Caso de Projeto – pesquisa com ênfase na produção e acesso de REA;
2. Técnica – pesquisa que aborda as especificações técnicas de produção e recuperação de REA, como as ferramentas e repositórios;
3. REA como tópico – pesquisas que retratam REA como movimento em prol da abertura da educação;
4. Pesquisa com dados de impacto – pesquisas que apresentam os impactos na implementação de REA sob algum contexto educacional.
5. Políticas – pesquisas que tratam de normatização das iniciativas de REA;
6. Profissionais – pesquisas que apresentam o uso de REA pelos atores educacionais como professores e alunos;

7. REA em países em desenvolvimento – pesquisas que trazem panoramas do movimento REA em países com baixo acesso à educação de qualidade;
8. MOOC – pesquisas que abordam os cursos massivos abertos como REA;
9. Abordagem pedagógica – pesquisas que apresentam os REA como quebra de paradigmas nas ações de ensino e aprendizagem;
10. Dados/práticas/acesso aberto – pesquisas que agregam REA a outros temas ligados à abertura.

O estudo realizado por Weller (2016) considerou os documentos publicados no OER Knowledge Cloud, repositório de REA administrado pela Unesco, do surgimento do movimento REA em 2001 até o ano de 2015. Diante dessa informação, alguns trabalhos recuperados nesse mapeamento sistemático poderão trazer pesquisas que abordem outros enfoques, em que serão tipificados de acordo com a nomenclatura dada pelo autor do referido documento. O principal objetivo desse mapeamento é justamente verificar o quantitativo de documentos que serão categorizados como “políticos”, haja vista o enfoque dado à dissertação em tela.

3. Resultados e respectivas análises dos dados

A etapa de extração dos dados, que contemplou a leitura diagonal e transversal, considerou as partes da introdução, objetivos gerais e específicos, metodologia, resultados e conclusão de cada documento selecionado após os critérios de inclusão e exclusão. Durante a etapa de pesquisa nas bases de dados elencadas para o esse mapeamento, foram recuperados diversos tipos de trabalhos, como livros, resumos expandidos, pôsteres de eventos e até apresentação em *slides*.

Entretanto, esses tipos de trabalho não foram selecionados, por não responder à expectativa do escopo desse mapeamento e por terem sido descartados nos critérios de inclusão e exclusão. Dito isso e respondendo à QP1, os tipos de trabalhos sobre Educação Aberta e REA no ensino superior publicados no Brasil e disponibilizados nas bases supramencionadas e suas respectivas quantidades surgem na Tabela 2:

Tabela 2 – Tipos de trabalhos publicados

TIPOS DE TRABALHO	QUANTIDADE
Artigos	15
Dissertações	8
Teses	1
TOTAL	24

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

Já era esperado que os artigos compusessem a maioria dos tipos de trabalhos publicados, haja vista a amplitude de acesso dos periódicos *on-line* e a sua importância para a disseminação dos conteúdos acadêmicos e científicos. Os artigos acadêmicos e científicos, apesar de passarem por critérios rigorosos de seleção, costumam ser menos morosos e burocráticos do que publicações de teses e dissertações, já que esses últimos possuem protocolos mais extensos de avaliação. Além disso, as teses e dissertações, geralmente, ofertam *pré-prints* para serem publicados em revistas após aprovação das bancas examinadoras.

A leitura diagonal e transversal dos textos também ofereceu subsídio para analisar em qual categoria os trabalhos se encontravam, o que permitiu responder a QP2. Foi levada em consideração a categorização realizada por Weller (2016), que criou 10 categoriais de estudos do movimento REA, como explicado no início do tópico. Os 24 documentos finalistas foram assim categorizados:

Tabela 3 – Categoria dos documentos sobre EA e REA no Ensino Superior

CATEGORIAS	QUANTIDADE
REA como tópico	6
MOOC	5
Abordagem pedagógica	4
Técnica	3
Pesquisa com dados de impacto	1
Estudo de caso de projeto	1
Dados/práticas/ acesso aberto	1
REA em países em desenvolvimento	1
Profissionais	1
Política	1
TOTAL	24

Fonte: Elaboração dos autores (2021), com base em Weller (2016).

Como apresentado na Tabela 3, a maioria dos documentos está categorizada em REA como tópico, documentos que enaltecem o movimento da abertura da educação, buscando a democratização do acesso ao conhecimento. Outro tema

bastante encontrado sobre a temática é em relação aos Cursos *On-line* Massivos Abertos (em inglês, *Massive Open Online Course - MOOC*), que, além de abarcar o movimento da Educação Aberta, põem em xeque os preceitos históricos da educação presencial. Esse tipo de categoria agrega mais valor aos modelos de Educação a Distância e Ensino Híbrido.

Apesar de ter encontrado algumas curtas passagens sobre o viés político (políticas públicas e institucionais) do movimento REA em alguns documentos (seis no total), apenas um documento está focado nos aspectos políticos do movimento REA. Trataremos dos detalhes desse achado mais adiante, ao tentar responder a QP4.

Relatamos que não é uma tarefa fácil categorizar os trabalhos sobre REA, principalmente, porque algumas categorias se interconectam e se confundem. Para poder categorizá-los de maneira imparcial e fidedigna, utilizamos algumas técnicas de representação temática, afunilando no foco de interesse do trabalho até o descarte das dúvidas, além da consulta ao material de Weller (2016).

Seguindo com apresentação dos dados obtidos, buscou-se também, com esse mapeamento, verificar quais os objetos de estudo e as metodologias utilizadas pelos trabalhos sobre Educação Aberta e REA no ensino superior publicados no Brasil, discussão apresentada pela QP3 e respondida, conforme Tabelas 4 e 5 abaixo:

Tabela 4 – Objeto de estudo e metodologias aplicadas

OBJETO DE ESTUDO	QUANTIDADE
Práticas Educacionais Abertas no ensino superior	1
Fluência tecnológico-pedagógica	3
Contribuição dos REA e MOOC na formação acadêmica	1
Políticas institucionais para produção e disseminação de REA e PEA	1
Motivação e Barreiras para a (re)utilização de REA no ensino superior	1
Criação de rede de colaboração e educação aberta	1
REA como inovação pedagógica	2
Análise de Curso <i>On-line</i> Aberto Massivo (MOOC)	3
USO de REA no ensino superior	2
Wikipédia como REA	1
Autoria e coautoria de REA	2
Educação a Distância Aberta por meio dos REA e MOOC	1
Produção acadêmica e científica sobre REA	2
Curadoria digital no contexto da Educação Aberta	1
Competência informacional no contexto da Educação Aberta	1

Fonte: Elaboração dos autores (2021), com base em: Dentz e Truccolo (2013).

Podemos entender esses objetos de estudos como subcategorias dentro do enfoque maior da Educação Aberta e REA. Destacamos novamente a grande atenção dada aos *MOOC*, à produção de REA e à Fluência tecnológico-pedagógica, que surge no contexto pedagógico da cultura digital.

Outro aspecto relevante, mas que não é tão focado, é a questão dos REA no contexto da educação inclusiva para os estudantes portadores de deficiência ou com algum tipo de déficit cognitivo. O trabalho recuperado sobre esse tema aborda como os REA podem ser produzidos e utilizados por estudantes com Perturbação do Espectro Autista (PEA) e a importância de se inserir esses artefatos na rotina pedagógica dos estudantes que apresentam essa característica. É muito importante que esses aspectos também sejam levados em consideração, uma vez que, o propósito da Educação Aberta é tornar o conhecimento acessível para todos e todas, através da democratização da educação e, portanto, essa população também deve ser assistida.

Em relação aos procedimentos metodológicos, a maioria dos trabalhos recuperados utilizou a pesquisa bibliográfica como tipologia para obtenção dos dados. Vale ressaltar que alguns trabalhos trazem mais de um procedimento metodológico, assim como alguns não deixaram claro como se deu a metodologia da pesquisa, o que não foi possível relatar na Tabela 5:

Tabela 5 – Metodologias, abordagens e instrumentos de coleta de dados utilizada nos estudos recuperados (continua)

CLASSIFICAÇÃO	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	QUANTIDADE
PROPÓSITO	Pesquisa exploratória	5
	Pesquisa descritiva	2
	Pesquisa explicativa	1
MÉTODOS	Pesquisa bibliográfica	11
	Pesquisa documental	1
	Pesquisa experimental	1
	Quase-experimental	2
	Estudo de caso	4
	Pesquisa-ação	2
ABORDAGEM	Qualitativa	4
	Quantitativa	1

	Mista (qualiquantitativa)	1
FINALIDADE	Pesquisa aplicada	3
INSTRUMENTOS	Análise de conteúdo	5
	Observação participante	3
INSTRUMENTOS	Entrevista	2
	Questionário	2
	Grupos focais	2
	<i>Survey</i>	2
	Revisão Sistemática da Literatura (RSL)	1
OUTRAS METODOLOGIAS ENCONTRADAS	Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL)	1
	<i>Survey</i>	2
	Análise prospectiva	1
	Estudo comparativo	1
	<i>Design Based Research (DBR)</i>	3
	<i>Conjoint Analysis</i>	1

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

Prosseguindo com as análises dos dados e corroborando o que foi mencionado nas Tabelas 4 e 5, apenas um documento dá ênfase à questão da política de Educação Aberta e REA no ensino superior, embora alguns trabalhos abordem superficialmente esse contexto.

O trabalho que traz como enfoque a questão das políticas de REA foi escrito por Amiel, Duran e Costa (2017) e traz como título “Construindo políticas de abertura a partir dos recursos educacionais abertos: uma análise do sistema universidade aberta do Brasil”. É fruto de uma pesquisa em oito universidades que fazem parte do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Aborda os anseios das instituições de ensino superior pelo processo de abertura da educação, mas que esbarram nas

dificuldades de implantação de políticas institucionais e lamentam a ausência de políticas públicas voltadas para REA e Educação Aberta.

Apesar da semelhança, os objetivos e finalidades das pesquisas encontradas, no artigo supracitado, diferem dos objetivos definidos para a proposta de pesquisa em tela. Sem dúvidas, esse trabalho contribuirá bastante para o propósito do objetivo da investigação, haja vista que a pesquisa se empenhará em buscar estratégias para construção e consolidação de políticas institucionais voltadas para REA e Educação Aberta em uma Instituição Pública de Ensino Superior que também possui parceria com o Sistema UAB em sua Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Uaeadtec/Ufrpe).

Outros cinco trabalhos abordam de maneira superficial e discreta a questão das políticas voltadas para REA e Educação Aberta. Em suma, mencionam algumas políticas públicas adotadas nas esferas municipais, estaduais e federais; ratificam a importância de as instituições elaborarem seus marcos legais e, principalmente, abordam a questão legal dos REA através do uso de licenças livres em contraposição ao *copyright*. Dessa forma, conseguimos responder as indagações sugeridas em QP4 e QP5.

Apesar de não ter sido pensado inicialmente, o levantamento da quantidade de trabalhos abordou a Educação a Distância no contexto da Educação Aberta: dos 24 documentos selecionados, 13 abordam esse tema, e muitos deles traçam prognósticos positivos na implementação dessa maneira de conduzir a educação, sobretudo, pautado em modelos híbridos de ensino e aprendizagem.

Outra curiosidade observada e também não planejada foi em relação a como esses trabalhos estão licenciados, uma vez que essa temática precisa ser mais bem disseminada, para que atinja o seu objetivo na democratização da educação e do conhecimento.

Apenas cinco trabalhos mencionam suas licenças livres na própria fonte através da simbologia do *Creative Commons*. 12 trabalhos estão licenciados livremente, mas não trazem a informação na própria fonte; ela está disponibilizada nos repositórios e portais de periódicos onde a publicação foi recuperada. Quatro estão sob licença *Copyright* e três não fazem menção a nenhum tipo de licença, apesar de estarem disponíveis para acesso ao texto de maneira integral.

É, no mínimo, curiosa a constatação de trabalhos que abordem REA e Educação Aberta sob licenças rígidas, e o mais impactante, sem registro de licença. É muito importante que os trabalhos apresentem claramente de que maneira estão licenciados, facilitando, assim, a amplitude de sua utilização.

Tabela 6 - Tipos de licença a que esses trabalhos estão regidos

LICENÇA CREATIVE COMMONS VERIFICADAS NOS TRABALHOS	QUANTIDADE
CC BY (Atribuição)	6
CC BY NC (Atribuição/Não Comercial)	3
CC BY NC ND (Atribuição/Não Comercial/Sem Derivações)	4
CC BY SA (Atribuição/Compartilha Igual)	2
CC BY NC SA (Atribuição / Não Comercial / Compartilha Igual)	2

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

4. Considerações finais

O referido mapeamento sistemático teve o intuito de perguntar à literatura o que havia de mais recente no âmbito acadêmico-científico brasileiro concernente aos REA e à Educação Aberta a Distância no contexto da educação superior. Alguns trabalhos até mencionam o viés político, mas apenas um aprofunda a discussão dentro do espectro político-pedagógico. Pode-se concluir que os trabalhos que não abordam as questões das políticas públicas e institucionais, mesmo que superficialmente. Estão fadadas às possíveis lacunas que esses podem facultar.

Temos como grandes virtudes na execução da pesquisa a oportunidade de conhecer o vasto e rico material bibliográfico que foi e está sendo produzido no Brasil sobre REA e Educação Aberta; saber que, além dos objetos comuns de estudo sobre REA, também estão surgindo novos debates sobre a questão dos REA no contexto da acessibilidade. O principal achado foi um trabalho que tratasse como tema central a questão das políticas públicas e institucionais para REA e Educação Aberta, que, certamente, será utilizado como referencial teórico para elaboração da pesquisa maior da dissertação.

Acreditamos que o principal ponto negativo foi o fato de essa pesquisa não ter passado por uma revisão por pares, pois isso poderia ter dado mais credibilidade às interpretações dos textos lidos, sobretudo, no momento de categorizar o tipo de abordagem sobre REA, conforme o conceito de Weller (2016).

Outro fato importante a ser relatado é em relação às bases de dados. Foi preciso enxugar bem as *strings* de busca para poder recuperar trabalhos que estivessem dentro do escopo da pesquisa. Apresentamos também alguns erros que

essas bases mostraram durante a realização dos testes, ficando, muitas vezes, fora do ar.

Por fim, com a gama de trabalhos recuperados, é possível afirmar que a temática sobre REA e Educação Aberta está se expandindo num contexto interdisciplinar. Foi possível ter acesso a trabalhos que tratam sobre o tema em várias áreas do conhecimento, ratificando sua ascensão e tomando o rumo certo no seu propósito principal que é: democratizar o acesso à educação e ao conhecimento.

Referências bibliográficas

AMIEL, T.; DURAN, M. R. D. C.; COSTA, C. J. Construindo políticas de abertura a partir dos Recursos Educacionais Abertos: uma análise do sistema Universidade Aberta do Brasil. **Revista latinoamericana de tecnologia educativa**, v. 16, n. 2, p. 161–176, 2017. Disponível em:

<https://doaj.org/article/e1eb31d9e15e441ab02a576ae40ae750>. Acesso em: 13 mai. 2021

AMIEL, T.; GONSALES, P.; SEBRIAM, D. A Educação Aberta no Brasil: dos recursos à promoção de direitos digitais. In: MALLMANN, E. M. *et al.* (Orgs.). **REA: teoria e prática**. Pimenta Cultural, 2020. p. 25–43. E-book. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/livro/rea>. Acesso em: 14 mai 2021.

BORGES, S. D. S. *et al.* Gamificação Aplicada à educação: um mapeamento sistemático. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 24., Campinas, 2013. **Anais...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2013. p. 234–243.

BRASIL. **Portaria do MEC nº 451 de 16 de maio de 2018**. Disponível em:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/14729210/do1-2018-05-17-portaria-n-451-de-16-de-maio-de-2018-14729206. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1513 de 02 de junho de 2011**. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01s2rmfiend9f3zgp0vmuu8ghp6073904.node0?codteor=881434&filename=PL+1513/2011. Acesso em: 22 jun. 2021.

DENTZ, V. Von; TRUCCOLO, F. Mapeamento de pesquisas (teses e dissertações) sobre o ensino de ciências da natureza (física, química e biologia) nos níveis fundamental e médio. **Revista Técnico Científica do IFSC**, v. 1, n. 2, p. 90-99, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/view/973>. Acesso em: 12 jun. 2021.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 05 jun. 2021.

GRANT, M. J.; BOOTH, A. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Information and Libraries Journal**, v. 26, n. 2, p. 91–108, 2009.

MALLMANN, E. M.; MAZZARDO, M. D. **Fluência Tecnológico-Pedagógica (FTP) em Recursos Educacionais Abertos (REA)**. Santa Maria, RS: Gepeter; UFSM, 2020. p. 189. E-book. Disponível em: <https://gepeter.proj.ufsm.br/pressbook/livrorea/> Acesso em: 12 mai. 2021.

RAMOS, A.; M. FARIA, P.; FARIA, Á. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em ciências da educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 17, 2014.

UNESCO. Congresso mundial sobre Recursos Educacionais Abertos. Paris, **Declaração REA de Paris**. 2012. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/WPFD2009/Portuguese_Declaration.html. Acesso em: 03 jun. 2021.

WELLER, M. Aspectos dos Recursos Educacionais Abertos como área emergente. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n. 31, p. 419-435, 2016. Disponível em: <https://doaj.org/article/93cb36347a8e44ffa6dc2b11c1d6dbd2>. Acesso em: 03 jun. 2021.

ZANCANARO, A.; AMIEL, T. The academic production on open educational resources in Portuguese / La producción académica en portugués sobre recursos educativos en abierto. **RIED. Revista Iberoamericana de Educación a Distancia**, v. 20, n. 1, p. 81-104, 2 jan. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3314/331https://www.pimentacultural.com/livro/rea.450972005/html/>. Acesso em: 13 mai. 2021.